



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

CONTAS DE GERÊNCIA 2023



Santa Casa da Misericórdia de

TABUAÇO

Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2023

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	545 883,10	563 004,07
Investimentos financeiros	6.1	9 591,60	9 382,74
		555 474,70	572 386,81
Ativo corrente			
Inventários	7	5 966,92	17 325,23
Créditos a receber	13.1	123 136,88	121 927,03
Estado e outros entes públicos	13.2	1 894,93	8 100,57
Outros ativos correntes	13.1; 13.3; 13.4	41 104,52	
Diferimentos	13.5	127 865,83	117 288,45
Caixa e depósitos bancários	4	345 468,60	304 493,84
		645 437,68	569 135,12
Total do ativo		1 200 912,38	1 141 521,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	10.1	912 976,82	912 976,82
Reservas legais	10.1		66 606,59
Resultados transitados	10.1	105 333,02	30 676,38
		1 018 309,84	1 010 259,79
Resultado líquido do período	10.1	-46 082,66	8 050,05
Total do Fundo Patrimonial		972 227,18	1 018 309,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	50 158,40	59 093,35
Estado e outros entes públicos	13.2	16 068,35	14 329,10
Diferimentos	13.5	31 546,51	37 789,64
Outros passivos correntes	13.1; 13.3; 13.4	130 911,94	12 000,00
		228 685,20	123 212,09
Total do passivo		228 685,20	123 212,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 200 912,38	1 141 521,93

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Morada: Rua Rainha D. Leonor 5120-371 Tabuaço

Telef.: 254 780 100 - Telem.: 919 921 040 - email: geral@scmtabuaco.pt - site: www.scmtabuaco.pt



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	491 699,42	470 218,83
Subsídios, doações e legados à exploração	9	649 160,89	578 992,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-144 457,49	-191 569,87
Fornecimentos e serviços externos	13.6	-221 736,43	-202 065,72
Gastos com o pessoal	11	-788 170,05	-627 116,19
Aumentos/reduções de justo valor	6.2	519,88	
Outros rendimentos	13.9	73 073,77	22 902,52
Outros gastos	13.7	-69 047,93	-8 971,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-8 957,94	42 390,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-37 124,72	-34 054,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-46 082,66	8 336,00
Juros e gastos similares suportados	13.8		-285,95
Resultado antes de impostos		-46 082,66	8 050,05
Resultado líquido do período		-46 082,66	8 050,05

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de

TABUAÇO

Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		504 249,45	498 424,88
Recebimentos de subvenções		535 878,75	
Pagamentos a fornecedores		-404 194,66	-461 956,85
Pagamentos ao pessoal		-722 564,10	-425 380,20
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-86 630,56	-388 912,17
Outros recebimentos/pagamentos		11 943,14	371 908,26
<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>		-74 687,42	-17 003,91
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-10 969,37	
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		511,87	
<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		-10 457,50	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		126 119,68	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>		126 119,68	
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		40 974,76	-17 003,91
Caixa e seus equivalentes no início do período		304 493,84	321 497,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período		345 468,60	304 493,84

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
C C n.º 39242



ANEXO
(Período 2023)

f C .
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Irmandade Santa Casa Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço
NIPC 501 537 864

1.2 – Sede

Rua Rainha D. Leonor- Ratinho

5120-371 Tabuaço

1.3 – Natureza da atividade

A Irmandade Santa Casa Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividades o apoio social para pessoas idosas, com alojamento (CAE 87301) e sem alojamento (CAE 88101) e atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910).

Desenvolve, como atividades acessórias, viticultura (CAE 01210) e arrendamento de bens imobiliários (CAE 68200).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;



- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do



recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e



c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	6 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	6
Equipamentos biológicos	20 a 40
Outros activos fixos tangíveis	20 a 40

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.



3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.



[Handwritten signature and initials]

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.



3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2024.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma



de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

fl.
F
ass

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de Caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2023	2022
Caixa	693,73	3 532,92
Depósitos à ordem	130 699,48	225 370,11
Depósitos a prazo	214 075,39	75 590,81
Total	345 468,60	304 493,84

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Terrenos e rec. naturais	78 683,43			78 683,43			78 683,43
Edifícios e outras construções	2 220 874,51			2 220 874,51	5 907,20		2 226 681,71
Equipamento básico	281 416,61	1 458,63		282 875,24	3 438,45		286 313,69
Equipamento de transporte	37 755,96			37 755,96			37 755,96
Equipamento administrativo	15 512,65			15 512,65	4 520,10		20 032,75
Equipamentos biológicos	14 463,80			14 463,80			14 463,80
Outros ativos fixos tangíveis	10 578,28			10 578,28			10 578,28
AFT em curso					6 238,00		6 238,00
Sub-total	2 659 285,24	1 458,63		2 660 743,87	20 063,75		2 680 747,62
Depreciações e perdas por imparidade	2021	Adições	Alienações /abates	2022	Adições	Alienações /abates	2023
Edifícios e outras construções	1 771 743,53	27 769,80		1 799 513,33	28 989,85		1 828 503,18
Equipamento básico	259 128,91	2 095,17		261 224,08	2 391,21		263 615,29
Equipamento de transporte	9 426,03	2 835,60		12 261,63	4 250,00		16 511,63
Equipamento administrativo	13 192,55			13 192,55	575,13		13 767,68
Equipamentos biológicos	5 889,42	355,98		6 245,40	598,72		6 844,12
Outros ativos fixos tangíveis	4 304,82	997,99		5 302,81	319,81		5 622,62
Sub-total	2 063 685,26	34 054,54		2 097 739,80	37 124,72		2 134 864,52
Quantias líquidas escrituradas	595 599,98	-32 595,91		563 004,07	-17 120,97		545 883,10

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

6.1

Entidades	2021	Aumentos	Diminuições	2022	Aumentos	Diminuições	2023
Fundo compensação trabalho	7 290,19	4 036,27	1 943,72	9 382,74	121,36		9 504,10
Cooptab - Cooperativa Agrícola de Tabuaço, CRL					87,50		87,50
Total	7 290,19	4 036,27	1 943,72	9 382,74	208,86		9 591,60

6.2 – As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor:

Entidades	2023		2022	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho	519,88			
Total	519,88			
Aumentos/reduções de justo valor	519,88			

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:



a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 966,92	17 325,23
Total	5 966,92	17 325,23

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2023			2022		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		17 325,23	17 325,23		16 249,96	16 249,96
Compras	4 787,74	136 574,79	141 362,53	192 645,14		192 645,14
Regularizações		-8 263,35	-8 263,35			
Inventários no fim do período		5 966,92	5 966,92		17 325,23	17 325,23
CMVMC	4 787,74	139 669,75	144 457,49		191 569,87	191 569,87

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2023	2022
Venda de bens	12 057,47	18 310,75
Prestação de serviços	479 641,95	451 908,08
Total	491 699,42	470 218,83

9 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

9.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.



Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2023	2022
Instituto Segurança Social	523 012,36	496 268,19
POAPMC	4 222,54	2 536,95
IFAP	1 045,69	2 654,83
IEFP	34 964,95	26 604,83
Autarquias	85 915,35	43 480,00
IAPMEI		4 256,00
Doações e heranças		2 837,45
Outros		354,45
Total	649 160,89	578 992,70

Os subsídios atribuídos pelo Instituto da Segurança Social (ISS) em 2023 tiveram um aumento comparativamente com o período homólogo, de 26.744,17€.

10 – Instrumentos financeiros

10.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2021	Aumentos	Reduções	2022	Aumentos	Reduções	2023
Fundos líquidos	912 976,82			912 976,82			912 976,82
Reservas legais	66 606,59			66 606,59		-66 606,59	
Resultados transiados	30 676,38			30 676,38	74 656,64		105 333,02
Resultado líquido	26 668,71	8 050,05	-26 668,71	8 050,05	-46 082,66	-8 050,05	-46 082,66
Total	1 036 928,50	8 050,05	-26 668,71	1 018 309,84	28 573,98	-74 656,64	972 227,18

11 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

11.1 – Número médio de funcionários:

O número médio de funcionários durante o ano de 2023 foi de 61.



Gastos com pessoal	2023	2022
Funcionários:	771 449,14	612 472,82
Remunerações	643 298,33	504 702,40
Encargos Seg. Social	128 150,81	107 770,42
Seguros	12 723,17	12 304,46
Outros	3 997,74	2 338,91
Total	788 170,05	627 116,19

f L.
Jh
[Signature]
F

11.2 – Órgãos Sociais

Os membros dos órgãos da administração não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2023 e atualmente, a Direção é constituída por cinco elementos efetivos e três suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e três suplentes.

11.3 – Número médio de voluntários

Não existem

12 – Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 – Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210.º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12.2 – A Direção informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

12.3 – Os salários de dezembro de 2023, foram liquidados em 2024.

13 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores



	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2023			2022		
Cientes	123 136,88		123 136,88	121 927,03		121 927,03
Outros créditos a receber	41 104,52		41 104,52			
Total	164 241,40		164 241,40	121 927,03		121 927,03
Passivos	2023			2022		
Fornecedores	50 158,40		50 158,40	59 093,35		59 093,35
Fornecedores de investimentos	2 596,00		2 596,00			
Outras dívidas a pagar	128 315,94		128 315,94	12 000,00		12 000,00
Total	181 070,34		181 070,34	71 093,35		71 093,35

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

13.2 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2023	2022
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	170,63	
EOEP - IVA	1 724,30	8 100,57
Total	1 894,93	8 100,57
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	2 674,76	1 454,00
EOEP - Segurança Social	13 393,59	11 675,26
EOEP - Outros		1 199,84
Total	16 068,35	14 329,10



13.3 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2023	2022
Ativo - outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos	14 425,37	
IEFP	25 104,81	
Adiantamentos ao pessoal	377,74	
Saldos devedores de fornecedores	1 196,60	
Total	41 104,52	
Passivo - outros passivos correntes		
Credores por acréscimos de gastos	119 492,90	
Fornecedores de investimentos	2 596,00	
Despesas utentes	441,40	
Cofre utentes	8 165,72	
Pessoal	140,92	
Outros	75,00	12 000,00
Total	130 911,94	12 000,00

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.

13.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2023	2022
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Subsídios à exploração	14 425,37	
Total	14 425,37	
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	116 116,52	
Elettricidade, água, comunicação a liquidar	3 376,38	
Total	119 492,90	



13.5 – Diferimentos

Diferimentos	2023	2022
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	753,58	
Rendas	242,65	
Seguros	2 133,91	
Limpeza, higiene e conforto	8 272,10	
Adiantamento para aquisição de imóveis	116 463,59	117 288,45
Total	127 865,83	117 288,45
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração - IEFPP	22 318,27	
Subsídios à exploração - Acordos SS	9 228,24	
Gastos com pessoal		37 789,64
Total	31 546,51	37 789,64



13.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2023	2022
Subcontratos	661,66	1 500,00
Trabalhos especializados	10 420,50	14 196,00
Publicidade e propaganda		32,00
Vigilância e segurança	3 974,58	6 075,41
Honorários	20 457,52	5 390,36
Conservação e reparação-edifícios o. const.	8 953,28	13 119,68
Conservação e reparação-eq. Básico	7 519,47	
Conservação e reparação-eq. transporte	122,87	
Serviços bancários	274,42	
Ferramentas e utensílios	4 381,27	65 195,19
Material de escritório	2 132,64	3 306,96
Electricidade	31 123,07	35 860,01
Combustíveis	52 597,27	44 189,94
Água	5 812,36	
Deslocações e estadas	120,00	1 323,85
Rendas e alugueres	2 978,19	2 386,37
Comunicação	4 168,45	3 651,50
Seguros	1 218,26	2 153,95
Contencioso e notariado	4 928,10	282,82
Despesas de representação	390,65	
Limpeza, higiene e conforto	36 485,21	3 401,68
Outros FSE	23 016,66	
Total	221 736,43	202 065,72

13.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2023	2022
Taxas	248,18	1 857,26
Correções de períodos anteriores	66 099,52	
Quotizações	480,00	790,11
Multas e penalidades	715,39	
Outros	1 504,84	6 324,36
Total	69 047,93	8 971,73



13.8 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2023	2022
Juros suportados		285,95
Total		285,95

13.9 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2023	2022
Rendas e outros rendimentos	2 000,00	2 000,00
Reembolso FSE		13 335,35
Correções de períodos anteriores	33 139,69	7 567,17
Comparticipações funerárias	236,37	
Reposição do subsídio refeição em espécie	27 565,94	
Donativos	9 368,81	
Outros	762,96	
Total	73 073,77	22 902,52

13.10 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 46.082,66€ para resultados transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

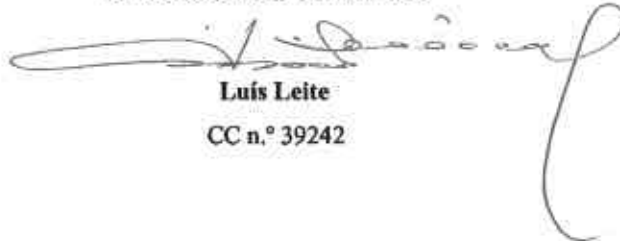
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tabuaço, 7 de março de 2024

A Entidade




O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC n.º 39242



Santa Casa da Misericórdia de
TABUAÇO

2/1

ad
H

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	144 457,49	191 569,87	-47 112,38	-24,59%
FSE	221 736,43	202 065,75	19 670,68	9,73%
Subcontratos	661,66	1 500,00	-838,34	-55,89%
Trabalhos especializados	10 420,50	14 196,00	-3 775,50	-26,60%
Publicidade e propaganda		32,00	-32,00	-100,00%
Honorários	20 457,52	5 390,36	15 067,16	279,52%
Conservação e reparação	16 595,62	13 119,68	3 475,94	26,49%
Ferramentas e utensílios	4 381,27	65 195,19	-60 813,92	-93,28%
Electricidade	31 123,07	35 860,01	-4 736,94	-13,21%
Combustíveis	52 597,27	44 189,94	8 407,33	19,03%
Deslocações e estadas	120,00	1 323,85	-1 203,85	-90,94%
Comunicação	4 168,45	3 651,50	516,95	14,16%
Despesas de representação	390,65		390,65	
Outros	80 820,42	17 607,22	63 213,20	359,02%
Gastos com pessoal	788 170,05	788 170,05		
Provisões (aumentos/reduções)		627 116,19	-627 116,19	-100,00%
Depreciações e amortizações	37 124,72	34 054,54	3 070,18	9,02%
Outros gastos e perdas	69 047,93	8 971,73	60 076,20	669,62%
Juros		285,95	-285,95	-100,00%
Total dos gastos e perdas financ.		285,95	-285,95	-100,00%
Total dos gastos e perdas	1 260 536,62	1 852 234,08	-591 697,46	-31,95%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2023 a 1.128.802,84€ (1.030.900,79€ em 2022).



[Handwritten signatures]

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2023)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à **Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Nossa Senhora Conceição Tabuaço** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2023, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 46.082,66€, apesar dos esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição com base numa gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(Análise prestações de serviços relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do valor bruto da produção

	2023	2022	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas líquidas	12 057,47	18 310,75	-6 253,28	-34,15%
Valor bruto da produção	12 057,47	18 310,75	-6 253,28	-34,15%

Evolução das prestações de serviços

	2023	2022	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	479 641,95	451 908,09	27 733,86	151,46%
Volume de negócios	479 641,95	451 908,09	27 733,86	151,46%



[Handwritten signatures and initials]

Evolução dos rendimentos

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Vendas	12 057,47	18 310,75	-6 253,28	-34,15%
Prestação de serviços	479 641,95	451 908,09	27 733,86	6,14%
Subsídios à exploração	649 160,89	578 992,70	70 168,19	12,12%
Ganhos por aumentos de justo valor	519,88		519,88	
Outros rendimentos	73 073,77	22 902,52	50 171,25	219,06%
Total dos rendimentos	1 214 453,96	1 072 114,06	142 339,90	13,28%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro das adições de ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	5 807,20		5 807,20	
Equipamento básico	3 438,45	1 458,63	1 979,82	135,73%
Equipamento administrativo	4 520,10		4 520,10	
AFT em curso	6 238,00		6 238,00	
Total	20 003,75	1 458,63	18 545,12	1271,41%

Quadro de valores brutos de ativos fixos tangíveis

	2023	2022	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	78 683,43	78 683,43		
Edifícios	2 226 681,71	2 220 874,51	5 807,20	0,26%
Equipamento básico	286 313,69	282 875,24	3 438,45	1,22%
Equipamento de transporte	37 755,96	37 755,96		
Equipamento administrativo	20 032,75	15 512,65	4 520,10	29,14%
Equipamentos biológicos	14 463,80	14 463,80		
Outros ativos fixos tangíveis	10 578,28	10 578,28		
AFT em curso	6 238,00		6 238,00	
Total	2 680 747,62	2 660 743,87	20 003,75	0,75%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes e irmãos (quotas), ascendem a 166.136,33€ (130.027,60€ em 2022).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 197.138,69€ (85.422,45€ em 2022).



7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.



f k c
H

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Não existem situações previsíveis de colocar em causa a continuidade da Entidade, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2023 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 46.082,66€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Tabuaço, 07 de março de 2024.

 A Mesa Administrativa

